

Aspectos da macroeconomia agrícola do Estado de São Paulo

Eliseu Alves¹
Geraldo da Silva e Souza²
Renner Marra³

Introdução

São Paulo completou o ciclo do desenvolvimento da agricultura, no sentido de que os salários rurais e os urbanos para categorias similares de trabalhadores já se equivalem. Os dois mercados de trabalho estão interligados, como também os de produtos e insumos e os mercados interno e externo.

Em 2010, cerca de 4,1% da sua população habitava o meio rural. Como as estradas vicinais são de boa qualidade, o acesso ao campo não é um problema para o administrador rural. Pelo contrário, é uma vantagem, pois empregados rurais, agricultores familiares, produtores rurais e exportadores têm a clara percepção do custo de oportunidade de suas ações.

Em 2006, cerca de 2,57% dos estabelecimentos que declararam produção e usar terra nas explorações geraram 71% do valor do produto declarado; e cerca de 28,52% deles responsabilizaram-se por 95,79% daquele valor. Trata-se, portanto, de uma agricultura dual, ainda a caminho: agricultura poderosa, comandada pelos mercados interno e externo, movida pela tecnologia, meio rural despovoado e poder de decisão localizado nas cidades brasileiras e no

exterior. É o retrato da agricultura mundial, em cuja direção a agricultura brasileira caminha.

Neste artigo, serão abordados os seguintes temas: população rural, sua relação com a população total, êxodo rural, tecnologia e concentração da produção em poucos estabelecimentos, pela ótica do Censo Agropecuário de 2006, e o papel da tecnologia nessa concentração.

População rural

O meio rural de São Paulo abrigava, em 2010, 4,1% da população do estado, ou seja, cerca de 1,7 milhão de pessoas. O Sudeste apresentava quadro semelhante, com 7,05% de sua população com residência rural. Na Tabela 1, foi estimada a intensidade do êxodo rural, que é o número de migrantes do período 2000–2010 dividido pela população residente em 2000. Foi feito o mesmo para outros períodos. Em 2000–2010, a intensidade equivaleu a 27,78%, ou seja, cerca de 28% da população residente no meio rural em 2000 migrou para fora do meio rural do Sudeste. Naquele período, o êxodo rural no Brasil explicou apenas 3% do crescimento da população urbana, ou seja, o êxodo rural deixou de ser importante para explicar o crescimento das cidades brasileiras.

¹ Assessor do presidente da Embrapa, pesquisador da Embrapa. E-mail: eliseu.alves@embrapa.br

² Matemático, economista, Ph.D. em Estatística, pesquisador da Embrapa. E-mail: Geraldo.souza@embrapa.br

³ Economista, analista da Embrapa. E-mail: renner.marra@embrapa.br

A população rural do Estado de São Paulo decresceu de 4 milhões em 1940 (53,9% da população total) para 1,7 milhão em 2010 (4,1% da população total).

Tabela 1. Intensidade do êxodo rural da Região Sudeste, medida pelo número de migrantes do período, em relação à população do ano-base.

Período	%
1950–1960	21,10
1960–1970	43,16
1970–1980	40,35
1980–1991	34,43
1991–2000	22,44
2000–2010	27,78

Fonte: Alves et al. (2011).

Em São Paulo, o meio rural já está despovoado, e a tendência se acentuará ainda mais, como indica a intensidade da migração do Sudeste. A residência urbana da população num estado bem servido de estradas vicinais não significa problemas para a agricultura. Significa que há integração dos mercados de trabalho e que a agricultura terá de competir com as cidades por trabalho e ajustar a tecnologia, tendo como parâmetros as demandas da urbis e do meio rural. Vive-se, assim, em São Paulo, a etapa final do desenvolvimento econômico da agricultura, quando desaparece o trabalho redundante, e os salários urbano e rural igualam-se para as categorias de pessoas de habilidades equivalentes.

Concentração da renda bruta

A Tabela 2 mostra a distribuição do valor bruto da produção (VBP) em classes de salário mínimo mensal (Slmm). Ela foi construída com base nos microdados do Censo Agropecuário de 2006, na sala de sigilo do IBGE. O salário mínimo mensal de 2006 equivaleu a R\$ 300,00. As classes são as seguintes: muito pobre (0, 2]; pobre (2, 10]; média (10, 200]; e rica (> 200 salários mínimos) (ALVES et al., 2017)

Declaram renda e terem usado terra na produção: 180.149 estabelecimentos. Desses, 40,78% são muito pobres e 30,70% pobres. Em conjunto, as duas classes equivalem a 71,48% de todos os estabelecimentos. Pela última coluna, classe muito pobre, cada estabelecimento gerou apenas 0,66 salário mínimo por mês; por isso, a denominação muito pobre. Na classe seguinte, pobre, cada estabelecimento recebeu 4,90 salários mínimos por mês. Como, no estabelecimento, residem quatro adultos, cada um deles recebeu por mês 1,2 salário mínimo. Como agricultura, o desempenho das duas classes é muito fraco. Seus membros são candidatos à migração. As políticas de transferência de renda e o desemprego nas cidades têm reduzido o êxodo rural, embora seja ainda elevado.

As classes média e rica geraram 95,79% do VBP de 2006. Claro está que essas duas classes foram as grandes beneficiárias da tecnologia, e os excluídos estão nas classes muito pobre e pobre, ou 71,48% dos estabelecimentos. Como dispõem de pequena área, fora da tecnologia

Tabela 2. Distribuição do número de estabelecimentos, percentual de estabelecimentos em relação ao total, participação do VBP e do VBP por estabelecimento por classes de salários mínimos mensais.

Classe de Slmm	Número de estabelecimentos	Percentual	Percentual do VBP	VBP/estab. (Slmm)
Muito pobre	73.463	40,78	0,64	0,66
Pobre	55.307	30,70	3,57	4,90
Média	46.742	25,95	25,02	40,61
Rica	4.637	2,57	70,77	1.157,95
Total	180.149	100,00	100,00	42,12

não existe esperança de solução da pobreza pela agricultura.

O total de 157.342 estabelecimentos (87,34%) têm menos de 100 ha e 22.807 mais de 100 ha. Para o VBP, estimou-se o índice de Gini para as duas classes de área. Encontrou-se 0,73 para os estabelecimentos de menos de 100 ha e 0,70 para os de mais de 100 ha. É, assim, idêntica a concentração. Logo, não é a área do estabelecimento que explica a concentração do VBP. Esse resultado é similar ao do Brasil: 0,85 contra 0,87. Mas o Brasil é mais concentrado nas duas classes de área.

A concentração da renda bruta significa que um número reduzido de agricultores produziu a maior parte do valor da produção. E grande maioria deles produziu muito pouco. Os dados são do Censo Agropecuário de 2006 para o Estado de São Paulo. Renda bruta, em valor, agrega a produção vendida, o autoconsumo e a indústria caseira⁴. Pelo censo, 180.149 estabelecimentos declararam produção e ter usado terra para produzi-la. Desses 4.637 (2,57%) produziram 70,77% do valor bruto da produção ou da renda bruta⁵. E 175.512 (97,43%) geraram 29,23% do VBP de 2006. Em valor, a produtividade por hectare dos 4.637 equivaleu a R\$ 4.168.626,73, e a dos demais, 175.512 estabelecimentos, correspondeu a R\$ 45.493,21. Como é a tecnologia e a escolha da cesta de produtos (e essa escolha também se associa a conhecimentos) que fazem o rendimento por hectare crescer em valor, percebe-se ser a moderna agricultura a causa de tamanho diferencial.

A Figura 1 diz respeito ao agregado em toneladas de arroz, feijão, milho, soja e trigo. Mostra que a produtividade dessas cinco culturas evolui de forma muito semelhante à da produção; a área colhida permaneceu constante e decresceu um pouco no final do período. Logo, quem explica o crescimento da produção é a produtividade por

hectare; portanto, a tecnologia. O crescimento da produção se dá de maneira a alcançar um número pequeno de produtores, gerando a concentração da produção, que tende a se agravar com a passagem do tempo.

Os dados cobrem o período 1974–2017 e originam-se da pesquisa sobre a produção agrícola municipal (PAM). A linha preta refere-se à produtividade; a linha verde-clara indica a área colhida; e a verde-escura, à produção, em toneladas, e é a soma das cinco lavouras: arroz, milho, feijão, soja e trigo. A produtividade é crescente, com oscilações decorrentes da variação das chuvas e dos preços. O mesmo ocorre com a produção. A área tem tendência decrescente. Consequentemente, somente a produtividade explica o crescimento da produção. Como a área é ligeiramente decrescente e a produtividade crescente, isso implica o uso crescente de insumos por hectare, como também a aplicação crescente de conhecimentos pelos produtores. Ou seja, trata-se de intensificação da agricultura.

A pesquisa gera conhecimentos. Os agricultores os reúnem em sistemas de produção, compram insumos, avaliam a lucratividade dos sistemas e realizam a produção, colhem e a vendem. No momento de realizar a produção, nasce a tecnologia

Considerações finais

A agricultura de São Paulo será feita por reduzido número de produtores, integrada aos mercados urbanos brasileiros e do exterior, com competição acirrada entre os mercados, produção muito concentrada, no sentido de ser comandada por pequeno número de produtores, sendo pequena a contribuição da grande maioria dos produtores. Logo, se trata de uma agricultura dual. A que se deve essa dualidade? É falha da extensão rural? A resposta é negativa. Ela

⁴ Pode-se alegar que os dados são velhos. Por isso, a tecnologia é responsável pela concentração. Mas dados recentes mostram que a área cultivada pouco varia, e o rendimento por hectare explica o crescimento da produção, ou seja, a tecnologia. Logo, a concentração do valor bruto da produção tende a se agravar.

⁵ Se a clonagem de estabelecimentos fosse viável, 6.553 estabelecimentos teriam gerado todo o VBP de 2006.

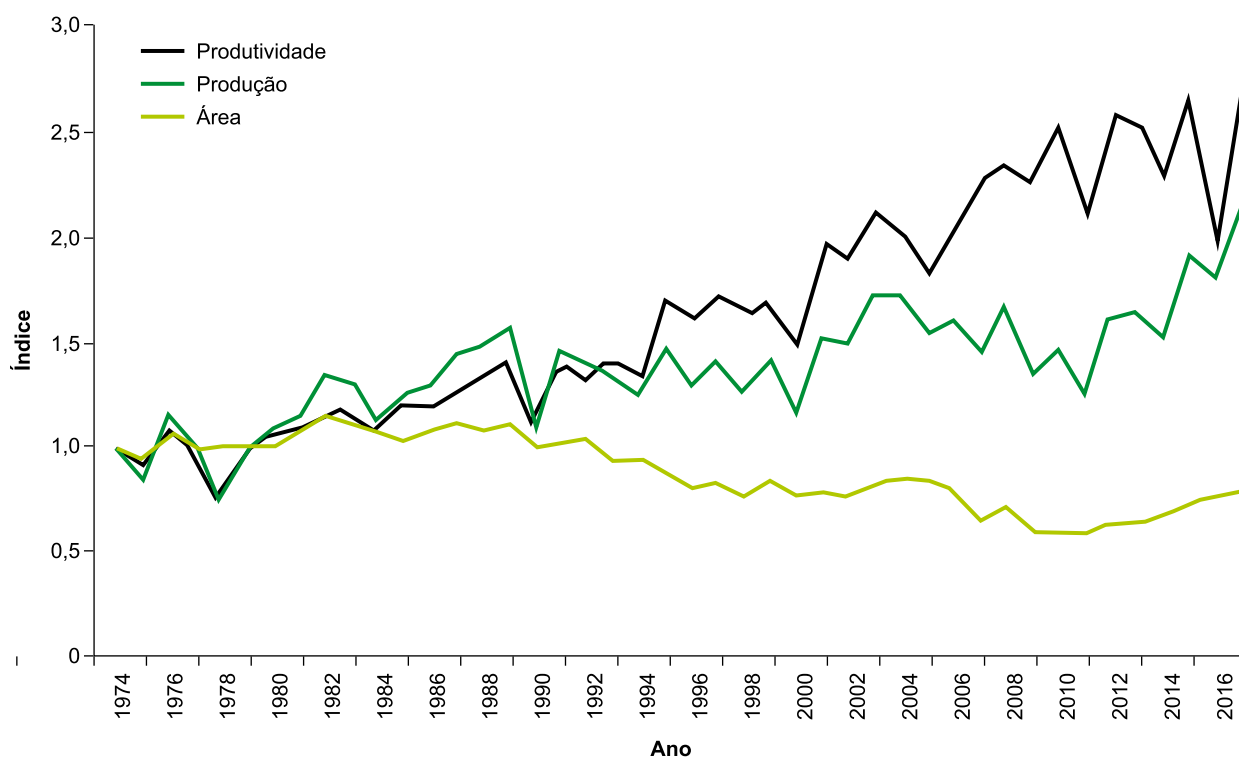


Figura 1. São Paulo: área, produção e produtividade de grãos – arroz, feijão, milho, soja e trigo. Índice: 1974 = 1.

Fonte: IBGE (2017).

se deve ao fato de que a pequena produção vende a produção por preços menores e compra os insumos por preços elevados. Ela é discriminada no mercado de produtos, insumos, irrigação e terra, paga taxas de juros maiores, e os contratos, por real, custam mais caros. Em suma, é vítima das imperfeições de mercado.

Quais as consequências para a pesquisa? É sua obrigação gerar conhecimentos para os agricultores no intuito de solucionar problemas apresentados pela agricultura e pela necessidade de preservação do meio ambiente. Num ambiente de imperfeições de mercado, esses conhecimentos não se transformam em sistemas de produção lucrativos para a pequena produção e não serão adotados. Assim, a solução dos problemas de pobreza, pela via da agricultura, não será factível, e o êxodo rural será a solução, caminho trilhado até aqui. Pode ser alegado que as culturas beneficiadas pelos projetos de pesquisa excluem a pequena produção. Quem faz a

exclusão são as imperfeições de mercado, como *leasing*, cooperativas e crédito rural. Também é falsa a afirmação de que há explorações típicas da agricultura familiar. Se mecanizáveis, a grande produção as acolherá, se lucrativas. A exclusão de milhões de produtores nada tem a ver com as escolhas da pesquisa. É óbvio que, num ambiente de imperfeições de mercado, os resultados da pesquisa levam à concentração da produção. Repetindo, a culpa é das imperfeições de mercado, e não da pesquisa.

É necessário, porém, estudar as imperfeições de mercado e estabelecer estratégias para removê-las, se for do interesse da política pública incluir, como produtores, os marginalizados da tecnologia. A classe Pobre tem mais chance de sucesso com a modernização da agricultura. Para a Muito Pobre, isso é complicado. Muitos dos seus estabelecimentos servem apenas de residência.

Pela solução do mercado, os marginalizados da tecnologia vão migrar para as cidades. As políticas de transferência de renda e o desemprego urbano têm freado o êxodo rural no resto do Brasil, mas não em São Paulo. Tudo indica ter o estado atingido um equilíbrio quanto à localização urbana e rural de sua população, o que o próximo censo de população vai verificar.

Referências

ALVES, E.; SOUZA, G.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, ano 20, n. 2, p. 80-88, abr./jun. 2011.

ALVES, E.; SOUZA, G.; MARRA, R. Uma viagem guiada pelo Censo Agropecuário 2006 pelas regiões e estados. **Revista de Política Agrícola**, ano 26, n. 1, p. 113-150, jan./mar. 2017.

IBGE. **Sistema de Recuperação Automática (Sidra)**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.
